



EQUIDADE:
REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Wilson Lima
Governador

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Profa. Dra. Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-Reitor

Profa. Dr. Raimundo de Jesus Teixeira Barradas
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Valber Barbosa de Menezes
Pró-Reitora de interiorização

Profa. Dr. Roberto Sanches Mubarac Sobrinho
Pró-Reitora de pesquisa e pós-graduação

Profa. Dra. Joésia Moreira Julião Pacheco
Pró-Reitora de Planejamento

Prof. Dr. Darlisson Sousa Ferreira
Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

Prof. Dr. Nilson José de Oliveira Junior
Pró-Reitoria de Administração

Profa. Dra. Isolda Prado
Diretora da Editora UEA

Profa. Dra. Gláucia Maria de Araújo Ribeiro
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental

EQUIDADE: **REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Profa. Dra. Ricardo Tavares de Albuquerque
Coordenação do curso de Direito

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Profa. Dra. Patrícia Fortes Attademo Ferreira, UEA
Editores Chefe

Profa. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto
Editores Assistentes

Prof. Dr. Celso Antonio Pacheco Fiorillo, PUC-SP
Profa. Dr. Danielle de Ouro Mamed, UFMS
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP
Profa. Dra. Tereza Cristina S. B. Thibau, UFMG
Prof. Dr. Sandro Nahmias Melo, UEA
Prof. Dr. Cássio André Borges dos Santos, UEA
Conselho Editorial

Profa. Dr. Lidiane Nascimento Leão, UFOPA
Prof. Dr. Assis da Costa Oliveira, UFPA
Prof. Dr. Nirson da Silva Medeiros Neto, UFOPA
Comitê Científico

Prof. Dr. Daniel Gaio - UFMG/MG
Prof. Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha, UEA
Prof. Dr. Alcian Pereira de Souza, UEA
Prof. Dr. Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, UEA
Profa. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Profa. Dra. Adriana Almeida Lima, UEA
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva, UEA
Prof. Dr. Neuton Alves de Lim, UEA
Avaliadores

Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Primeira Final

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Revisão Final



I Seminário Avaliação da legislação de Políticas de Cotas da Universidade do Estado do Amazonas à Luz da legística e da Constituição Federal

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima, UEA
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Junior, UEA
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Organizadores

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima, UEA
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Junior, UEA
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Comissão científica do evento

Ana Beatriz Andreoli de Souza
Bianor Saraiva Nogueira Júnior
Bruna Maria da Silva Mota
Denison Melo de Aguiar
Gabriel de Siqueira Corrêa
Giovana Almeida da Silva
Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Neuton Alves de Lima
Pedro Luís da Silva Teles
Rebeca de Lima Nogueira
Comissão Organizadora

Anais do I Seminário Avaliação da legislação de Políticas de Cotas da Universidade do Estado do Amazonas à Luz da legística e da Constituição Federal



Anais do I Seminário Avaliação da legislação de Políticas de Cotas da Universidade do Estado do Amazonas à Luz da legística e da Constituição Federal

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima, UEA
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Junior, UEA
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Organizadores

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima, UEA
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Junior, UEA
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Comissão Científica

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Bruna Maria da Silva Mota
Formatação

Bruna Maria da Silva Mota
Primeira revisão

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima, UEA
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Junior, UEA
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Revisão final

Anais do I Seminário Avaliação da legislação de Políticas de Cotas da Universidade do Estado do Amazonas à Luz da legística e da Constituição Federal

Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira responsabilidade de seus autores.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas

R454

LIMA, Neuton Alves de Lima; NOGUEIRA JUNIOR, Bianor Saraiva; AGUIAR, Denison Melo de. **Anais do I Seminário Avaliação da legislação de Políticas de Cotas da Universidade do Estado do Amazonas à Luz da legística e da Constituição Federal**. Equidade: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 1. Nº 1. (2025). Manaus: Curso de Direito, 2025.

Anais

1. Direito – Periódicos. I. Título

CDU 349.6



APRESENTAÇÃO

As cotas universitárias são utilizadas cada vez mais nas instituições de ensino superior, no Brasil, a fim de que o direito social à educação seja garantido de forma mais equilibrada entre a diversidade estudantil. A política de cotas representa a efetivação da igualdade material, pois permite a adoção de medidas de ação afirmativa, pelas universidades públicas, para corrigir desigualdades históricas e sociais.

Diante desse cenário, esta obra oferece ao leitor uma coletânea de artigos, produzidos por professores e alunos do Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), como resultado de uma pesquisa acadêmica, cujos textos foram defendidos pelos autores no “I Seminário de Avaliação da Legislação de Políticas de Cotas da Universidade do Estado do Amazonas à Luz da Legística e da Constituição Federal”, realizado pela Clínica de Estudos Constitucionais (CEC/UEA).

A temática aqui apresentada é especialmente relevante em um contexto em que a desigualdade social ainda é uma realidade que precisa ser enfrentada com ações concretas e eficazes. A UEA, ao adotar as cotas, demonstra seu compromisso com a democratização do acesso ao conhecimento e com a construção de uma sociedade mais justa e plural.

A pesquisa envolveu análise das normas e dos princípios jurídicos aplicáveis à política de cotas universitárias, especialmente a análise dos instrumentos jurídicos utilizados para criação, implementação e os critérios de seleção dos beneficiários das cotas da UEA. Levou-se em consideração as normas constitucionais, como os princípios da dignidade humana, da igualdade e da não-discriminação, diante das limitações impostas ao poder público em relação ao tratamento diferenciado de grupos sociais específicos.

A pesquisa demonstrou que um dos desafios é encontrar o equilíbrio entre a necessidade de promover a inclusão social por meio das cotas e o respeito aos princípios e às normas jurídicas que regem a matéria. Além disso, outro desafio às universidades é garantir que as políticas de cotas sejam efetivas e atendam aos seus objetivos, evitando distorções e

Anais do I Seminário Avaliação da legislação de Políticas de Cotas da Universidade do Estado do Amazonas à Luz da legística e da Constituição Federal

desvios que possam comprometer a sua legitimidade e a sua eficácia, sobretudo com o § 16, no art. 37 da CF, pela Emenda Constitucional nº 19, de 2021, que impõe à administração pública o dever de realizar avaliação das políticas públicas na forma da lei.

Convidamos você, leitor, a embarcar nesta jornada de conhecimento e reflexão. Esperamos que esta coletânea inspire novas idéias e ações em prol de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa dos direitos de todos os cidadãos.

Manaus, 08 de julho de 2025.

Os Organizadores,

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima

Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Junior

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar

Anais do I Seminário Avaliação da legislação de Políticas de Cotas da Universidade do Estado do Amazonas à Luz da legística e da Constituição Federal

A POLÍTICA PÚBLICA DE COTAS EM UNIVERSIDADES ENQUANTO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL

THE PUBLIC POLICY OF QUOTAS IN UNIVERSITIES AS AN INSTRUMENT OF SOCIAL INCLUSION

Diego Ricardo Lima Soares¹
Maria Beatriz Carvalho de Alencar²
Neuton Alves de Lima³

1. INTRODUÇÃO

O objeto do estudo é a política de cotas nas universidades brasileiras, um instrumento de ação afirmativa que visa dar a grupos historicamente marginalizados oportunidades de acesso à educação superior. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que foi uma das primeiras instituições de ensino superior do Brasil a implementar um sistema de cotas, é o foco desta pesquisa. O estudo também examina como essa política foi implementada e os impactos decorrentes desta política afirmativa. A implementação de políticas de cotas é uma solução para a persistente desigualdade educacional no Brasil, onde o acesso ao ensino superior ainda é um problema importante (OLIVEIRA et al., 2006, p.9).

A política de cotas é vista como uma maneira de aumentar a equidade educacional e a inclusão social. A UERJ visa estabelecer cotas para dar aos alunos negros, indígenas e de baixa renda oportunidades de acesso à educação superior. A política de cotas é uma medida mitigadora para a desigualdade social e educacional (SARAVALI, 2005), que persiste no Brasil, apesar dos avanços significativos nas últimas décadas.

A principal hipótese deste estudo é que a política de cotas promove a inclusão social e promove desempenho acadêmico comparável entre estudantes cotistas e não cotistas. A pesquisa examina a experiência dos estudantes cotistas e o desempenho acadêmico na UERJ para determinar o impacto dessa política na universidade. Acredita-se que a política de cotas promova a inclusão social e o sucesso acadêmico dos estudantes cotistas, além de facilitar o acesso à educação superior (TANCREDI, 2009). A pesquisa é baseada em pesquisas documentais e de campo com alunos cotistas e não cotistas, com foco na inclusão do grupo e seus resultados de aprendizagem em vários cursos.

Este estudo busca entender como a política de cotas afeta a inclusão social e o desempenho acadêmico dos estudantes da UERJ. Os achados revelam muito sobre como funcionam as políticas de cotas para aumentar a inclusão social e facilitar o acesso à educação superior, proporcionando uma melhor compreensão acerca dos impactos de sua aplicação (SARAVALI, 2005).

¹ Acadêmico do curso de Direito; e-mail: drls.dir23@uea.edu.br

² Acadêmica do curso de Direito; e-mail: mbcda.dir23@uea.edu.br

³ Professor da Escola de Direito da UEA e do PPGSP/UEA. Mestre em Direitos Humanos, Segurança Pública e Cidadania pelo PPGSP/UEA. Doutor em Direito pelo PPGD/UFMG. Coordenador da Clínica de Estudos Constitucionais -CEC/UEA. Procurador Federal/AGU. E-mail: nalima@uea.edu.br.

Anais do I Seminário Avaliação da legislação de Políticas de Cotas da Universidade do Estado do Amazonas à Luz da legística e da Constituição Federal

2 JUSTIFICATIVA

A importância da política de cotas como um meio de promover a inclusão social e a equidade educacional justifica a realização deste estudo. A política de cotas tem sido amplamente discutida e estudada como instrumento aplicado no combate à desigualdade educacional e promover a inclusão social. Algumas teorias, como a política de cotas, explicam por que as políticas de ação afirmativa são necessárias (MASLOW, 1954). Essas teorias motivam este estudo.

Uma das cinco necessidades apontadas por Maslow (1954) é a necessidade social, ou de pertencimento. Ele afirma que, à medida que as pessoas buscam novas necessidades, elas são incentivadas a fazer tudo, desde a vida familiar ao trabalho. Esta necessidade de pertencimento, que inclui amizade, afeição, amor e interação social, é especialmente importante para a política de cotas (JONES; GEORGE, 2008).

A política de cotas também é vista como um método para aumentar a inclusão social. O objetivo deste estudo é descobrir se essa política ajudou ou não a incluir esses indivíduos (CEPAL, 2007, p.174). Como resultado, é necessário entender os efeitos reais que as políticas de ação afirmativa, como as políticas de cotas, têm na vida dos estudantes e na sociedade em geral, fundamentando a importância da realização do estudo.

3 OBJETIVO

3.1. Objetivo Geral

O objetivo principal deste estudo é investigar como a política de cotas da UERJ afeta o desempenho acadêmico e a inclusão social dos estudantes. Este objetivo é motivado pela necessidade de compreender o verdadeiro impacto das políticas de ação afirmativa, como as políticas de cotas, na vida dos estudantes e na sociedade em geral (SARAVALI, 2005).

Além de alguns aspectos adicionais, a pesquisa se concentrou, sobretudo, nas consequências que a política de cotas poderia ter no processo de superação da exclusão da juventude negra e pobre. Em outras palavras, seu principal interesse era determinar se essa política promoveu ou não a inclusão desses indivíduos (CEPAL, 2007, p.174).

3.2. Objetivos Específicos

Para a exploração que se busca no estudo, foram estabelecidos como objetivos específicos: I) Comparar a evasão entre alunos cotistas e não cotistas II) Verificar o rendimento acadêmico dos alunos que ingressaram por meio das políticas de cotas; e III) Identificar a percepção dos alunos quanto ao acolhimento pela UERJ.

4 PROBLEMA DE PESQUISA.

O problema de pesquisa deste estudo é entender a eficácia da política de cotas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em termos de inclusão social e desempenho acadêmico. Dessa forma, a questão central que este estudo busca responder é: “A política de cotas tem sido eficaz na promoção da inclusão social e no desempenho acadêmico dos estudantes na UERJ?”.

5 HIPÓTESE

Anais do I Seminário Avaliação da legislação de Políticas de Cotas da Universidade do Estado do Amazonas à Luz da legística e da Constituição Federal

A política de cotas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) é eficaz na promoção da inclusão social e no desempenho acadêmico dos estudantes cotistas, resultando em níveis de desempenho acadêmico comparáveis aos dos estudantes não cotistas e em uma maior sensação de pertencimento e aceitação entre os cotistas.

6 METODOLOGIA

A avaliação da eficácia da política de cotas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) é feita por meio de uma combinação de pesquisa de campo e documental. A UERJ, que tem uma longa história de trabalhar com o sistema de cotas, foi o local da pesquisa de campo. A análise dos dados administrativos e acadêmicos da UERJ foi usada na pesquisa documental, o que possibilitou uma comparação direta do desempenho acadêmico entre estudantes cotistas e não cotistas (OLIVEIRA et al., 2006, p.9).

Além disso, os relacionamentos humanos no grupo de estudantes foram avaliados por meio da sociometria, uma abordagem criada por Moreno (1992). Esta abordagem fornece informações úteis sobre a participação dos estudantes cotistas no grupo e suas percepções sobre seus relacionamentos com os demais. Essa combinação de métodos fornece uma compreensão abrangente dos efeitos da política de cotas na UERJ em termos de rendimento acadêmico e inclusão social.

7 RESULTADOS ALCANÇADOS

Os dados da pesquisa desenvolvida mostram que a política de cotas na UERJ tem sido eficaz na inclusão social, desempenho acadêmico e retenção de alunos. A prova de que a política de cotas também aumenta a inclusão social é que os estudantes cotistas relataram sentir-se mais aceitos e incluídos na universidade

O estudo fornece dados que mostram que a política de cotas na UERJ é eficaz em termos de desempenho acadêmico. Os dados mostraram que os estudantes cotistas e os estudantes não cotistas tiveram desempenho acadêmico semelhante, evidenciado pelas notas atribuídas e progressão acadêmica. Este resultado é importante porque contesta argumentos que defendem que a política de cotas pode comprometer a excelência acadêmica, fortalecendo a compreensão de que o aluno cotista é tão capacitado quanto os demais, possuindo, portanto, as mesmas condições intelectuais para o desenvolvimento de um aprendizado satisfatório.

Apesar das discrepâncias da carga de conteúdo trazidas da educação básica verificadas entre os alunos cotistas e não cotistas, as descobertas da pesquisa mostram que os alunos cotistas têm quase a metade das taxas de evasão dos alunos não cotistas. Isso indica que a política de cotas aumenta a retenção e o sucesso dos alunos, além de facilitar o acesso ao ensino superior. O sucesso de qualquer política educacional depende da retenção de alunos. Este resultado é significativo porque mostra que a política de cotas não apenas permite que os estudantes ingressem no ensino superior, mas também os ajuda a permanecer e ter sucesso em sua jornada acadêmica.

Um fato relevante que deve ser mencionado é de que a maioria dos alunos cotistas chega no ensino superior com grande deficiência de conteúdo, conforme os resultados obtidos por eles nos vestibulares demonstram. Tal deficiência, sobretudo quando vivenciada em comparação com os demais colegas, impõe dificuldades que se traduzem em um desestímulo a prosseguir com os estudos. Sendo, portanto, necessário afirmar que, apesar da determinação do estudante cotista em prosseguir em seus estudos, sua permanência e sucesso acadêmico

Anais do I Seminário Avaliação da legislação de Políticas de Cotas da Universidade do Estado do Amazonas à Luz da legística e da Constituição Federal

demandam da política de cotas algo a mais do que a simples reserva de vagas. No caso da UERJ, essa política inclui outros mecanismos, além da reserva de vagas, como uma bolsa de incentivo ao estudo à época da pesquisa, R\$ 250 mensais para a sua manutenção, estendida até o dia de sua formatura

É evidente que as condições socioeconômicas e suas consequências deixadas nos estudantes não possam ser completamente superadas ou apagadas pela aplicação da política afirmativa do acesso ao ensino superior por meio das cotas. Esse sistema, contudo, oferece a esses discentes perspectivas razoáveis de ascensão econômico-social, sendo esta uma das finalidades da inclusão almejada.

. Este resultado é significativo porque mostra que a política de cotas não apenas abre novas portas para a educação superior, mas também ajuda a construir um ambiente universitário mais acolhedor e inclusivo.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade e a eficácia da política de cotas da UERJ são demonstradas pela análise dos dados deste estudo. Foi implementada a política de cotas para combater a desigualdade educacional e promover a inclusão social, que se mostrou eficaz em alcançar esses objetivos. O sucesso de qualquer política educacional depende da retenção dos alunos. A menor taxa de evasão entre os estudantes cotistas na UERJ neste contexto é uma evidência do sucesso da política de cotas na UERJ. Isso indica que a política de cotas não apenas permite que os estudantes ingressem no ensino superior, mas também os ajuda a permanecer e prosperar no ensino superior.

Os estudantes que acessaram o ensino superior na UERJ por meio da política de cotas relataram sentir-se mais acolhidos e aceitos na universidade. Isso indica que a política de cotas também melhora a inclusão social. A inclusão social experimentada por estes estudantes abrange toda a experiência dos alunos na universidade, além do simples acesso ao ensino superior.

Os dados coletados neste estudo fornecem um panorama completo dos efeitos da política de cotas na UERJ. Eles enfatizam que a política de cotas é eficaz em termos de inclusão social e desempenho acadêmico. Estes dados ajudam a compreender de que forma a política de cotas afeta a vida dos estudantes. Embora este estudo se concentre na UERJ, os resultados podem ter implicações mais amplas. Eles podem informar futuras decisões políticas e práticas pedagógicas em outras universidades brasileiras que implementam políticas de cotas. Isso sugere que as lições aprendidas na UERJ podem ser aplicadas a outras universidades brasileiras, ajudando a informar e melhorar suas próprias políticas de cotas.

Por fim, embora o foco deste estudo seja a UERJ, os resultados podem ter um alcance maior. Eles têm o potencial de fornecer informações sobre práticas pedagógicas e decisões políticas futuras em outras universidades brasileiras que aplicam políticas de cotas. A implementação de políticas de acesso e permanência de alunos cotistas, como a implementada pela UERJ, mostra-se, portanto, uma ferramenta capaz de promover uma transformação na realidade dos alunos aos quais se destinam as cotas. Tais resultados não seriam possíveis se não fosse pela existência dessas políticas afirmativas.

9 PALAVRAS-CHAVE

Anais do I Seminário Avaliação da legislação de Políticas de Cotas da Universidade do Estado do Amazonas à Luz da legística e da Constituição Federal

Palavras-Chave: Política de Cotas, Inclusão Social, Desempenho Acadêmico, Educação Superior, Ação afirmativa, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Desigualdade Educacional, Acesso à Educação, Retenção de Alunos, Equidade Educacional.

Keywords: Quota Policy, Social Inclusion, Academic Performance, Higher Education, Affirmative Action, State University of Rio de Janeiro (UERJ), Educational Inequality, Access to Education, Student Retention, Educational Equity.

Referências

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE - CEPAL. Panorama social de América Latina. Santiago de Chile: Cepal, 2007. Disponível em: http://www.eclac.org/publicaciones/xml/5/30305/PSE2007_Cap3_Educacion.pdf. Acesso em: 20 out. 2008.

JONES, Gareth; GEORGE, Jennifer. Administração contemporânea. São Paulo: McGraw-Hill, p. 465, 2008.

MASLOW, A. Motivation na Personality. New York: Harper & Row, 1954.

MORENO, J. L. Fundamentos de la Sociometria. Buenos Aires: Paidós, 1972.

OLIVEIRA, João Ferreira de; et al. Políticas de acesso e expansão da educação superior: concepções e desafios. MEC Ministério da Educação, INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

SARAVALI, E. G. Dificuldades de aprendizagem e interação social: implicações para a docência. Taubaté: Cabral Editora; Livraria Universitária, 2005.

TANCREDI, Letícia. Ministro propõe novo Enem como forma de acesso a universidades federais. Portal MEC, Brasília, DF, 25 mar. 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/12692-ministro-propoe-novo-enem-como-forma-de-acesso-a-universidades-federais#:~:text=Um%20novo%20Exame%20Nacional%20do,de%20Ensino%20Superior%20\(Andifes\)](http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/12692-ministro-propoe-novo-enem-como-forma-de-acesso-a-universidades-federais#:~:text=Um%20novo%20Exame%20Nacional%20do,de%20Ensino%20Superior%20(Andifes)). Acesso em: 20 jul. 2024

BEZERRA, Teresa Olinda Caminha; GURGEL, Claudio Roberto Marques. A política pública de cotas em universidades, enquanto instrumento de inclusão social. *Pensamento & Realidade*, v. 27, n. 2, p. 95-117, 2012.

Data de submissão: 14 de julho de 2024.

Data de aprovação: 26 de julho 2024.